

CURRICULUM VITAE

JOÃO PAULO FERNANDES REMÉDIO MARQUES

- Licenciatura em Direito, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Portugal), em Julho de 1988.
- Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Ciências Jurídico-Civilísticas), desde 1993, aprovado com MUITO BOM, com dezoito valores.
- **Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Ciências Jurídico-Empresariais), desde 2006, aprovado com DISTINÇÃO E LOUVOR, com dezoito valores.**
- Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
- Professor do Departamento de Direito da Universidade Lusíada do Porto.
- Membro da Comissão de Reforma do Processo Civil, constituída pelo XVIII Governo Constitucional (Novembro de 2009).
- Membro da Comissão de Ética da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.
- Professor visitante da Faculdade de Direito da Universidade de Macau (China).
- **Professor visitante da Faculdade de Direito Agostinho Neto, em Luanda (Angola).**
- Professor visitante do Centro de Ciências Jurídicas do Departamento de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil).
- Conferencista convidado.
- Jurisconsulto.
- Integra o painel de Juízes-Árbitros da Associação Portuguesa de Direito Intelectual (Portugal).
- **Orienta cerca de 38 teses de Mestrado (em Portugal, Angola e Macau) e uma de doutoramento (Brasil).**
- Participou no júri de 48 teses de Mestrado e nove teses de Doutoramento (duas como arguente).
- É membro de várias associações científicas [v.g., Centro de Direito Biomédico (Portugal), Centro de Estudos Registais e Notariais (Portugal), Centro de Direito da Família (Portugal), Instituto Brasileiro de Direito das Famílias (Brasil), Instituto de Direito das Empresas e do Trabalho (Portugal), Associação Portuguesa de Direito Intelectual (Portugal)].
- Pertence ao Conselho Editorial de várias revistas jurídicas em Portugal, Espanha e Brasil.
- **Realiza conferências e participa em Cursos de Mestrado e Doutoramento em Portugal, Brasil, Espanha, França, Angola, Macau (China) e Cabo Verde.**
 - **Tem cerca de 74 publicações** (15 monografias, 53 artigos em revistas científicas, 1 artigo em jornal, 2 prefácios, 3 traduções).

BIBLIOGRAFIA DO AUTOR

§ 1.

Trabalhos Científicos na área do Direito Comercial, Direito Mineiro e Direito da Propriedade Intelectual

1. *Direito Comercial. Introdução. Fontes. Actos de Comércio. Comerciantes. Sinais Distintivos*, Coimbra, Reproset, 1995 (859 págs.).
2. “A comercialização de organismos geneticamente modificados e os direitos dos consumidores: alguns aspectos substantivos, procedimentais e processuais”, in: *Estudos de Direito do Consumidor*, n.º 1 (1999), pp. 215-300.
3. “Introdução ao Problema das Invenções Biotecnológicas – Algumas Considerações”, in: *Direito Industrial*, vol. I, Coimbra, Almedina, 2001, pp. 201-358.
4. *Patentes de Genes Humanos?*, Centro de Direito Biomédico, 4, Coimbra, Coimbra Editora, 2001 (154 págs.).
5. “Locação Financeira Restitutiva (*Sale and Lease-Back*) e a Proibição dos Pactos Comissórios – Negócio Fiduciário, Mútuo e Acção Executiva”, in: *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, vol. 77 (2001), pp. 575-632.
6. “Patentes Biotecnológicas e Direitos de Obtentor de Variedades Vegetais”, in: *Direito Industrial*, vol. II, Coimbra, Almedina, 2002, pp. 163-231.
7. “Propriedade Intelectual e Interesse Público”, in *Direito Industrial*, vol. IV, Coimbra, Almedina, 2005, pp. 199-235 = *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, vol. 79, 2003, pp. 293-354.
8. “Patentes de Genes Humanos?”, in: *Direito Industrial*, vol. III, Coimbra, Almedina, 2003, pp. 107-148.
9. *Direito Mineiro Angolano*, Lisboa, Edições 70, 2003 (em co-autoria com o Dr. AGOSTINHO Pereira De Miranda).
10. “Desenvolvimento Sustentável, Recursos Biológicos e Propriedade Intelectual”, in: *Lusíada, Revista de Ciência e Cultura*, Série de Direito (2003), n.ºs 1 e 2, pp. 335-343.
11. “Invenções e genomas – O problema das patentes”, in: Oliveira Ascensão (coord.), *Estudos de Direito da Bioética*, Coimbra, Almedina, 2005, pp. 187-234.
12. “A patenteabilidade de métodos terapêuticos, cirúrgicos e de diagnóstico: questão técnica ou questão ética?”, in: *Lex Medicinæ, Revista Portuguesa de Direito da Saúde*, n.º 6 (2006), pp. 73-129 = *Estudos de Direito da Bioética*, Coimbra, Almedina, 2007.
13. “Direito de patente: sucessão de leis no tempo e a proibição da outorga de patentes nacionais sobre produtos químicos e farmacêuticos no domínio do CPI de 1940 – o aditamento de reivindicações de produto químico ou farmacêutico nos procedimentos de protecção pendentes na data de adesão à Convenção da Patente Europeia, no quadro do CPI de 1995 e do Acordo TRIPS”, (em co-autoria com o Dr. Nogueira Serens), in: *O Direito*, ano 138.º (2006), V, pp. 1011-1083.

14. “Criações publicitárias – A atribuição do direito patrimonial de autor e a utilização das criações protegidas por parte dos anunciantes” (em co-autoria com Nogueira Serens), in: *Estudos Sobre o Direito da Sociedade da Informação*, vol. VII, Coimbra, Coimbra Editora, 2008, p. 206 ss. = *Estudos em Honra do Professor Doutor José De Oliveira Ascensão*, vol. I, Coimbra, Almedina, 2008, pp. 745-820.
15. *Biotecnologia(s) e Propriedade Intelectual*, vol. I, *Direito de Autor, Direito de Patente, Desenhos ou Modelos*, Coimbra, Almedina, 2007 (1565 págs.)
16. *Biotecnologia(s) e Propriedade intelectual*, vol. II, *Obtenções Vegetais, Conhecimentos Tradicionais, Sinais Distintivos, Bioinformática e Bases de Dados, Direito da Concorrência*, Coimbra, Almedina, 2007 (1187 págs.).
17. “O conteúdo dos pedidos de patente: a descrição do invento e a importância das reivindicações – Algumas notas”, in: *O Direito*, ano 139.º (2007), IV, pp. 769-839.
18. “A violação indirecta do direito de patente – análise comparativa: direito português, direito estrangeiro e jurisprudência”, in: *O Direito*, ano 140.º (2008), IV, pp. 753-795 = *Patents: Contributory Infringement – Case law and comparative View*, trabalho apresentado no Congresso *Challenges for IP Protection and Enforcement*, Union of European Practitioners, Porto (Portugal), 28-30 de Maio, in <http://www.lexmedicinae.fd.uc.pt>.
19. “Propriedade Intelectual – Tendências Globais”, in: *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, vol. 84 (2008), no prelo.
20. *Medicamentos versus Patentes – Estudos de Propriedade Industrial*, Coimbra, Coimbra Editora, 2008 (595 págs.).
21. *Licenças (Voluntárias e Obrigatórias) de Direitos de Propriedade Industrial*, Coimbra, Almedina, 2008 (263 págs.).
22. Prefácio da obra *Direito Comercial Marítimo – Conceito e Institutos de Direito Comercial Marítimo, Direito Marítimo Internacional, Direito Marítimo Aplicado* (da autoria de Luís Costa Diogo / Rui Januário), Lisboa, Quid Iuris, 2008, pp. 11-14.
23. “A patenteabilidade de substâncias químicas e farmacêuticas de selecção e de métodos de terapia, no domínio do CPI de 1940 – A (dis)simulação de reivindicações de processo e a entrada em vigor do CPI de 1995 e do Acordo TRIPS”, in: *Temas de Direito Comercial, Cadernos O Direito* (Portugal), n.º 4 (2009), pp. 5-104.
24. “Patentes biotecnológicas e o acesso a produtos de saúde – Uma perspectiva europeia e luso-brasileira”, in: *O Direito*, ano 141.º (2009), I, pp. 163-202.
25. “As implicações da entrada em vigor da nova versão da patente europeia”, in: *O Direito*, ano 141.º (2009), III, pp. 567-610.
26. “O direito de patentes, o sistema regulatório de aprovação e o acesso aos medicamentos genéricos”, in *Actas de Derecho Industrial*, Volumen 29 (2008-2009), Santiago de Compostela, Madrid, Marcial Pons, pp. 455-496.
27. “A Inconstitucionalidade das patentes ‘pipeline’ brasileiras (Artigos 230.º e 231.º do Código da Propriedade Industrial de 1996)”, em co-autoria com Avelãs Nunes, Coutinho De Abreu e Luís Pedro Cunha, in *Revista Eletrônica do IBPI* (Instituto Brasileiro de Propriedade Intelectual), Número Especial, Patentes Pipeline (Novembro 2009), in: <http://www.ibpibrasil.org/42715/home.html>

28. “Patentes Pipeline e Fármacos”, in *Anais do III Congresso Nordestino de Propriedade Intelectual*, Maceió, 2010 (em preparação).
29. “O regime português dos modelos de utilidades (antes e) depois da tentativa de harmonização legislativa na União Europeia”, in: *Lusíada, Revista de Ciência e Cultura*, Série de Direito, 2010.
30. “A violação dos direitos de propriedade intelectual respeitantes a mercadorias em trânsito – Referência ao trânsito de medicamentos destinados a países com graves problemas de saúde pública”, in *Actas de Derecho Industrial*, Volumen 30 (2009-2010), Santiago de Compostela, Marcial Pons (no prelo).
31. O Direito de Patentes, o Sistema Regulatório de Aprovação, o Direito da Concorrência e o Acesso aos Medicamentos Genéricos”, in: *Estudos em homenagem ao Prof. Doutor SÉRVULO CORREIA*, Coimbra, Almedina, 2010 (no prelo) = *Direito Industrial*, Vol. VII, Coimbra, Almedina.
32. *Código das Sociedades Comerciais em Comentário*, Vol. I, em co-autoria, coord. por Coutinho De Abreu, Almedina, Coimbra, 2010 (no prelo).

§ 2.

Trabalhos científicos na área do Direito da Família e das Sucessões

33. Transexualidade: O Reconhecimento Judicial da Mudança de Sexo e o Direito Português – Alguns Problemas”, in *Tribuna da Justiça* (Portugal), n.ºs 36 (1987), 37 (1987), 38 (1987), 39 (1988), 40 (1988).
34. *Mudança de Sexo. O Critério Jurídico*, Dissertação, Coimbra, 1991 (469 págs.).
35. *Lei da Organização Tutelar de Menores, Anotado, Legislação Complementar, Acordos e Convenções Internacionais*, Coimbra, Coimbra Editora, 1991 (305 págs.).
36. *Algumas Notas sobre Alimentos (Devidos a Menores) Versus o Dever de Assistência dos Pais Para Com os Filhos (Em Especial Filhos Menores)*, Coimbra, Coimbra Editora, 2000 (379 págs.).
37. “Legados em substituição de Legítima e a Posição Jurídica dos «Legatários» Instituídos”, in *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, vol. 77 (2001), pp. 211-290.
38. “Alteração de Nome – Referências Nobiliárquicas”, in *Lusíada, Revista de Ciência e Cultura*, Série de Direito (2001), n.ºs 1 e 2, pp. 155-173.
39. “Investigação de Paternidade – Concubinato Duradouro e Aplicação No Tempo da Lei N.º 12/98, de 12 de Maio (A Nova Presunção de Paternidade da Alínea e) do n.º 1 do Artigo 1871º do CC)”, in *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, vol. 78 (2002), pp. 533-594.
40. “Investigação de Paternidade – Aplicação no Tempo da Lei n.º 12/98, de 12 de Maio (A Nova Presunção de Paternidade da Alínea e) do N.º 1 do Artigo 1871º do CC)”, in *Ius Familiae, Revista Portuguesa de Direito da Família*, Coimbra, Coimbra Editora, 2003, n.º 1, pp. 15-39.
41. “A Colação de Frutos de Bens Doados”, in *Volume Comemorativo do 75º Tomo do Boletim da Faculdade de Direito*, Coimbra, Coimbra Editora, 2003, pp. 323-388.
42. “Caducidade de Acção de Investigação da Paternidade Fundada no Artigo 1817.º, N.º 1, do Código Civil – Anotação ao Acórdão do Tribunal Constitucional N.º 486/04”, in *Jurisprudência Constitucional* (Portugal), n.º 4, Outubro/Dezembro, 2004. pp. 40-50.

43. “Relatório da mesa Temática Relativa a Alimentos”, in *2.^a Bienal de Jurisprudência, Direito da Família*, Centro de Direito da Família, Coimbra Editora, Coimbra, 2005, pp. 163-168.
44. “Execução específica de contrato-promessa de partilha de bens comuns na pendência de inventário: execução específica de cláusula pela qual os ex-cônjuges se obrigam a constituir um usufruto vitalício a favor de um deles cuja nua-propriedade «prometem» doar a terceiro”, in *Ius Familiae, Revista Portuguesa de Direito da Família*, ano 3 (2006), pp. 31-56 = *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Henrique Mesquita*, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra, Coimbra Editora, 2009.
45. “Indignidade sucessória: a (ir)relevância da *coaço* para a realização de testamento e a *ocultação dolosa* de testamento revogado pelo *de cuius* como causas de indignidade”, in *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, Vol. 81 (2005), pp. 387-440.
46. “Em torno do estatuto jurídico da pessoa idosa no ordenamento português – obrigação de alimentos e Segurança Social”, in *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, Vol. 83 (2007) = in Dias, Maria Berenice / Pinheiro, Jorge Duarte (coord.), *Escritos de Direito das Famílias*, Porto Alegre (Brasil), Magister Editora, 2008, pp. 345-375.
47. “Obrigação de Alimentos e Registo Civil”, Faculdade de Direito de Coimbra, Centro de Estudos Notariais e Registais (CENOR), Junho de 2006, in <http://www.fd.uc.pt/cenor>.
48. “Obrigação de Alimentos e Registo Civil”, in *Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos*, Divisão Jurídica, Bauru (São Paulo, Brasil), Julho/Dezembro (2006), pp. 37-76.
49. “Relatório da Mesa Temática Relativa a Alimentos”, in *3.^a Bienal de Jurisprudência, Direito da Família*, Centro de Direito da Família, Coimbra Editora, Coimbra, 2008, pp. 163-169.
50. *Algumas Notas Sobre Alimentos Devidos a Menores*, 2.^a edição revista, Coimbra, Coimbra Editora, 2007 (475 págs.).
51. “O Regime Jurídico da Procriação Medicamente Assistida em Portugal e a Utilização dos Embriões”, in Souza, Ivone Maria Candido Coelho De (coord.), *Parentalidade, Análise Psicojurídica*, Curitiba, Juruá Editora (Brasil), 2009, pp. 31-58.
52. “Caducidade das Acções de Investigação da Paternidade – O Problema da aplicação Imediata da Lei n.º 14/2009, de 1 de Abril, às Acções Pendentes” (em co-autoria com Guilherme De Oliveira), in *Lex Familiae, Revista Portuguesa de Direito da Família*, ano 7 (2010), Coimbra, Coimbra Editora, (no prelo).

§ 3.

Trabalhos Científicos na área do Direito Processual Civil

53. *Curso de Processo Executivo Comum à Face do Código Revisto*, Porto, SPB Editores, 1998 (415 págs.).
54. “Em torno dos prazos de prescrição e de caducidade e o efeito interruptivo da instância – A propósito do artigo 165º da Lei Geral do Trabalho Angolana”, in *Lusíada, Revista de Ciência e Cultura*, Série de Direito (1998), n.º 1, pp. 103-155.
55. “Falta de citação do cônjuge do executado e anulação da venda executiva nas execuções fiscais”, in *Lusíada, Revista de Ciência e Cultura*, Série de Direito (1999), n.ºs 1 e 2, pp. 57-130.
56. “A exequibilidade do título e a exequibilidade das obrigações pecuniárias exequendas inválidas por vício

de forma”, in *Lusíada, Revista de Ciência e Cultura*, Série de Direito (1999), n.º 1 e 2 (Portugal), pp. 131-148.

57. *A Penhora e a Reforma do Processo Civil — Em Especial a Penhora de Depósitos Bancários e do Estabelecimento*, Lisboa, Lex, 2000 (116 págs.).

58. *Curso de Processo Executivo Comum À Face do Código Revisto*, Coimbra, Almedina, 2000 (473 págs.).

59. “Algumas implicações do acordo para o pagamento em prestações da dívida exequenda apenas subscrito por um dos co-executados litisconsortes”, in *Estudos dedicados ao Prof. Doutor Mário Júlio de Almeida Costa*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa Editora, 2003, pp. 693-721.

60. “Aspectos sobre o cumprimento coercivo das obrigações alimentares, competência judiciária, reconhecimento e execução de decisões estrangeiras”, in *Comemorações dos 35 Anos do Código Civil e dos 25 Anos da Reforma de 1977*, Coimbra, Coimbra Editora, 2004, pp. 613-709.

61. “A Penhora de créditos na reforma processual de 2003 – Referência à penhora de depósitos bancários”, in *Themis, Revista da UNL* (Portugal), Ano V, n.º 9 (2004), pp. 137-206.

62. *Sumários de Processo Civil I – Acção Declarativa*, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2006/2007, em publicação, in <http://www.fd.uc.pt>. = Coimbra, Coimbra Editora, 2007.

63. *Acção Declarativa à Luz do Código Revisto*, Coimbra, Coimbra Editora, 2007.

64. *Acção Declarativa à Luz do código Revisto*, 2.ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 2009.

65. *Curso de Processo Executivo Comum à Luz do Código Revisto*, 2.ª edição, Coimbra, Almedina, 2010 (no prelo).

§ 4.

Trabalhos Científicos na Área da Teoria Geral do Direito Civil

66. “A promoção de produtos e serviços e os direitos dos consumidores”, in *Revista de Direito do Consumidor* (Brasil), n.º 7 (Julho / Setembro, 1993).

67. Anotação ao acórdão da Relação de Coimbra, de 23/06/1994 (Direito Real de Habitação Periódica – Resolução – Direito de Arrependimento), in *Revista Portuguesa de Direito do Consumo*, n.º 0 (Novembro 1994), pp. 181-184.

§5.

Trabalhos Científicos na Área do Direito Administrativo

68. “Planeamento urbanístico – Considerações acerca do regime e natureza jurídica dos seus instrumentos”, in *Tribuna da Justiça*, nova série (1990), n.ºs 4 e 5, pp. 9-60 (Portugal).

§ 6.

Prefácios, traduções, revisões técnicas de traduções, meras revisões de obras em língua portuguesa e artigos de jornal

69. Tradução para língua portuguesa da versão em língua inglesa do Relatório do Conselho Dinamarquês de Ética, de 1994, intitulado “A Patenteabilidade de Genes Humanos”, in Remédio Marques, J. P., *Patentes de Genes Humanos?*, Coimbra, Centro de Direito Biomédico, 4, Coimbra Editora, 2001, pp. 61-114.

70. Revisão da versão em língua portuguesa do estudo do Prof. Doutor Erik Jayme, “Pós-Modernidade e Direito da Família”, in *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, vol. 78 (2002), pp. 209-221.

71. Revisão do texto em língua portuguesa do estudo da autoria do Prof. Doutor Erik Jayme, “A Recente Evolução do Direito da Filiação na Alemanha: Considerações Comparativas”, in *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, vol. 79 (2003), pp. 217-223.

72. Revisão da obra *Propriedade Intelectual, II, Código da Propriedade Industrial*, (da autoria de Alexandre DIAS Pereira), Lisboa, Quarteto, 2003.

73. Prefácio da Obra a *Contra-Reforma do Notariado e dos Registos – Um Erro Conceptual*, da autoria de Carla Cristina Soares, Coimbra, Almedina, 2009, pp. 5-15.

74. “A verdade sobre a reforma da acção executiva”, in: *Público*, de 28/10/2010, p. 36 (em co-autoria com o Prof. Miguel Teixeira De Sousa e o Dr. Paulo Pimenta).